

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: DOU, 231, sl
 Data: 02/12/04 Pg 38-40
 Class.: WPD00042

Nº 136 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2002/94, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo Jorge Manoel Costa e Souza que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afim de reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena Anaro de ocupação do grupo indígena Wapixana, localizada no município de Amajari, no Estado de Roraima.

- Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Roraima, do Despacho, Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e Mapa, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
- Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

ANEXO
RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ANARO
 Referência: Processo FUNAI/BSB 2002/94, Terra Indígena Anaro. Município: Amajari, no Estado de Roraima. Superfície: 30.470ha. Perímetro: 90Km. Sociedade Indígena: Wapixana. Identificação e Delimitação: GT constituído pela Portaria nº824/PRES, de 11 de outubro de 2001, coordenado pelo antropólogo Jorge Manoel Costa e Souza.

I - DADOS GERAIS

Os Wapixana são um dos grupos indígenas de maior expressão demográfica e cultural em Roraima. Sua população estimada é de 7.570 pessoas, do universo de 35.953 indígenas que acionam outras identidades étnicas distribuídas em seus territórios históricos no Estado. O grupo ainda apresenta um contingente populacional superior a 4.000 pessoas vivendo em parte de seu território tradicional situado na República Cooperativista da Guiana. A experiência cultural e lingüística Wapixana decorre da extensa tradição Aruak. Migrações desse povo para a bacia amazônica ocorreram há pelo menos 2.000 anos. A memória literária aponta para um tempo de migrações que trouxe seus descendentes Wapixana às regiões rio-branquenses antes do período em que a política portuguesa de desagregação de grupos indígenas na Amazônia alcançasse ampla repercussão, esvaziando territórios tribais inteiros, práticas intensamente caracterizadas no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Até a primeira metade do século XX os Wapixana compartilhavam diferenças lingüísticas perceptíveis em seus aldeamentos. Tratava-se de uma espécie de língua geral para os povos não-Karib, abundantes na região. Outras denominações aplicadas ao grupo como etônimo perderam força no decorrer do século passado. Os Wapixana (Matisana ou Vapidiana) são um grupo que, embora cercado pelas relações interétnicas dos povos Karib, da sociedade envolvente brasileira e da Guiana, conseguiu manter o sentimento de pertença e identidade étnica. Tradicionalmente o território do grupo, em Roraima, estende-se da bacia do rio Uraricoera ao Surumu, às regiões da Serra da Lua e Tacutu, além de atingir áreas localizadas para além da fronteira internacional de Brasil e República Cooperativista da Guiana, na região do Rupununi District.


Embora a etnia tenha se estabelecido no vale do rio Branco muito antes dos Makuxi, a chegada do grupo Karib e de europeus à região envolveu os Wapixana em longo período caracterizado por intrigas e belicosidades, iniciado no século XVI e sustado na metade do século XIX. O centro das disputas deu-se por domínios políticos, territoriais, alimentação e interesses exógenos, motivados por europeus envolvendo espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses e franceses.

Durante os mais de três séculos de experiência do contato, os Wapixana foram submetidos ao grau máximo das relações interétnicas. A sua cultura assumiu uma extensão intercultural que, em muito, fundiu o centro de sua cosmologia, influenciando severamente no conjunto de suas tradições mais remotas. O discurso fluente produzido pela sociedade local costuma tratá-los como índios "aculturados" ou "deculturados", ou simplesmente "cabocos", tom carregado de preconceito, discurso rasteiro, indigente desconhecimentos mínimos da sociologia do rio Branco, e avesso ao direito originário dos índios.

Tradicionalmente o padrão de habitação e ocupação dos espaços público e privado pelos Wapixana obedece a uma tradição menos "frouxa" que aquela costumeiramente observada entre seus vizinhos étnicos Karib. As comunidades da etnia ocupam habitações unifamiliares dispersas aleatoriamente ao redor do núcleo central da aldeia ou maloca. Existem diferentes agentes que contribuem para a formação de novas malocas do grupo. Embora as motivações externas ao grupo impliquem comportamento de diásporas ou fusões registradas no meio social Wapixana -e isso é real fator de desagregação para esta sociedade-, a secessão internamente verificada entre os Wapixana pode ser impulsionada por causas decorrentes de funções próprias da sua organização socioeconômica e política. Deve ser elencado neste conjunto de funções causais, o esgotamento dos recursos disponíveis à subsistência de grupos locais situados em áreas reduzidas e exploradas sistematicamente ao longo de algum tempo. A maloca é a unidade identitária maior do grupo local, nela é exercitado o código de evitações ou de ações preferenciais. Disputas econômicas (vantagens recebidas), ideológicas organizacionais (associações indígenas), e rituais (feitiçarias), são realidades propulsoras de dissensões entre o grupo. O intercasamento é uma prática inevitável, já que sobre ela não repousam restrições austeras ou evitações rigorosas, além da larga experiência produzida pelo contato.

A experiência proporcionada pelo intercasamento propicia aos Wapixana movimentações de visitação, procedimento que tem por finalidade renovar e ratificar laços de compartilhamento da sociabilidade e de interesses mútuos.

A liderança política entre os grupos étnicos nas Guianas assume particularidades que somente são perceptíveis à luz da investigação acurada da forma do desenvolver desse papel dentro dessas sociedades, talvez em razão da complexidade imposta ao entendimento dos grupos sociais dessa área cultural. Para os Wapixana, a liderança do grupo local é desempenhada pelo tuxaua que, diferentemente ao que aconteceu aos Karib em geral, é uma categoria

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU, 231, 51
Data	02/12/04 Pg 38
Classe	WP (11111)

política de liderança bastante antiga, a perceber pelos relatos históricos. Durante a fase efetiva da colonização portuguesa no rio Branco as lideranças Wapixana eram consideradas como legítimas, e tratadas por "Principaes". O tuxaua, geralmente, é um homem casado, cuja família costuma ser extensa. Atualmente a escolha do líder do grupo local obedece a um princípio democrático que conta com a participação ativa da comunidade.

A organização dos trabalhos relativos à economia e à produção é uma prática do grupo doméstico. Trata-se de trocas recíprocas de força de trabalho e mão-de-obra. A roça é a forma básica da produção agrícola das aldeias Wapixana. Nelas os índios cultivam mandioca, milho, feijão, arroz, banana, abacaxi, pimenta, abóbora, batata-doce, cará, mamão, entre outros.

A migração de Wapixana para as cidades e vilas tem ocorrido em virtude de uma série de fatores, entre os quais estão relacionados a falta de assistência oficial e a não regularização da terra indígena. Para parcelas de jovens, marcadas pela insegurança cultural, o perfil da vida moderna, a aparente comodidade da vida urbana estável e o espectro de serviços prestados pelo poder público; a riqueza material e pessoal, etc., tudo isso é observado empiricamente por esses indígenas como vitrines do mundo dos brancos. É algo que se lhes parece somar um conjunto de novidades que concorre para a formação de um imaginário que, ignorando os meandros e complexidades que envolvem tais conquistas no mundo capitalista, se lhes afigura como metas factíveis de serem alcançadas fora do universo da aldeia. Mas a dura realidade que passam a experimentar, tendo que compartilhar a subalternidade social com as categorias menos favorecidas da sociedade envolvente, em meio à violência de todos os matizes e o preconceito estigmatizante promovidos pelas classes ilustradas desta mesma sociedade, isso esmorece os índios que terminam, na maioria das vezes, retrocedendo desta experiência e regressando à maloca, ao perceberem que é a antítese da alteridade, o preconceito e a subalternidade que, infelizmente, predominam nesse contexto.

As migrações que decorrem de atitudes afetas a mecanismos internos do grupo envolvendo, por exemplo, o lado fetichista e xamânico da cultura Wapixana, ultimamente possuem expressão menor. A pressão sofrida pela etnia diante da expansão da fronteira agrícola e pecuária, em pleno curso em Roraima nas últimas décadas, tem sido o principal fator dessa dinâmica, e muito preocupa esses índios.

A faixa de terras localizada entre o rio Parimé e a Rodovia BR-174, conhecida como Anaro e reivindicada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, é terra indígena que não passou por um só processo oficial de regularização fundiária com vistas a atender o direito dos índios. A terra indígena tornou-se conhecida da FUNAI em 1994, através de documento que solicitava providências legais visando à sua Identificação e Demarcação, documento este encaminhado à Instituição pela Associação dos Povos Indígenas de Roraima - APIR, a pedido daquela comunidade, em favor de um grupo de aproximadamente 60 indígenas Wapixana, historicamente reconhecidos como ocupantes tradicionais da referida área.

Em fevereiro de 2000, a FUNAI enviou a campo um Grupo Técnico (GT) para proceder estudos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena. O grupo técnico sofreu hostilidades provocadas por pecuaristas ocupantes da Terra Indígena e adjacências, os quais invadiram a aldeia gerando clima de tensão, inviabilizando o estudo. A Port. n° 824 do Pres/FUNAI, de 11 de outubro de 2001, em observação ao que prevê o Art. 231 da Constituição Federal; o Dec. n° 1.775, de 08/01/96; e Port.MJ n°14, de 09/01/96, estabeleceu novo Grupo Técnico, orientado para realizar estudos antropológicos, ambientais e geocartográficos necessários à Identificação e Delimitação da T.I., bem como realizar levantamento fundiário visando a desintrusão da Terra Indígena e levantamento de benfeitorias ali existentes, atribuídas a não-índios, para efeito indenizatório.

A atual área de efetiva ocupação mantida pelos indígenas compreende aproximadamente 1.300ha, produto de confinamento sistemático imposto ao grupo pela pressão fundiária promovida pelas sucessivas invasões praticadas por não-índios ao território tradicional Wapixana ao longo de todo o século XX. A superfície ocupada pelos indígenas moradores da maloca não atende aos quesitos mínimos expressos no Art.231 da CF/88. Limitados por cercas que divisam a maloca, os índios perderam mobilidade e acesso aos recursos naturais imprescindíveis à sua reprodução física e cultural, principalmente pela proximidade que mantêm com as fazendas "Tipografia", "Serra Grande", "Nova Morada", "Olho d'Água" e "Soledade".

Entendendo-se que a T.I. Anaro é contextualizada no interior de uma abrangente área ecologicamente denominada lavrado, seus ocupantes indígenas estão ligados a outros grupos locais por relações de parentesco, pela extensa rede de trocas e comércio, motivações culturais e econômicas típicas desses grupos. O conjunto das populações Wapixana espalhado pela territorialidade transnacional de Brasil e Guiana emergiram ao longo de um processo secular envolvendo grupos de língua Aruak. Esse processo arrasta consigo fusões, fricções e assimilações étnicas que na atualidade aciona uma chave principal de identidade representativa de fundo cultural, cosmológico e simbólico, manifesta no ethos do grupo.

Quanto à toponímia Anaro, ela não é a principal referência histórica e de maior representação cosmológica para o grupo local. É parte de um território maior, subtraído gradativamente até atingir os limites atuais em virtude de sucessivas invasões que se tornaram intrusões permanentes a partir do primeiro quartel do século XX.

A população de Anaro se expressa fluentemente em português. A construção da retórica e do discurso na língua materna é pouco recorrente. Essa não é uma condição sine qua non e exclusiva da maloca, aplica-se ao universo das comunidades indígenas que experimentam prolongado contato aqui e algures, remonta à memória das reduções.

A antiguidade da ocupação da região de Anaro, em particular a da área de influência da maloca dos índios Wapixana, diz respeito a, no mínimo, cinco gerações do grupo local, é o que alcança a memória dos habitantes mais velhos e daquele que assistiu o antropólogo na condição de ego, para formulação do diagrama do parentesco.

A pessoa de idade mais avançada entre os Wapixana de Anaro, à época da realização dos estudos da área pelo GT, contava oitenta e três anos. Tanto seus pais quanto seus avós, todos Wapixana, nasceram em Anaro. Esse dado demonstra a antiguidade dos Wapixana no local, principalmente a antiguidade da família Cruz, cuja matrilocidade confirma a tradição Wapixana no que concerne a regras de residência, ainda que a linhagem paterna apareça com mais intensidade no discurso atual, fazendo parecer que é a virilocalidade o regime dominante. De sorte, as informações obtidas durante os estudos dirigidos à história de ocupação da maloca Anaro pelo atual grupo local implicam concluir que os bisavós maternos, pelo menos, das famílias dos informantes contatados já viviam em Anaro, serras Maroa e "Tabaco", sendo esta última local de origem de presumida migração para onde se fixou definitivamente a aldeia atual. A família Peres é a segunda família mais antiga da maloca, que teve em João Custódio Peres a expressão política mais importante da história do aldeamento e patriarca das principais famílias da comunidade. Casouse com Alice Cruz, nascida na aldeia no ano de 1908.

A história das populações indígenas é, também, a história da doença. O pavor causado pela epidemia da "bexiga" (variola) (variola), enfermidade desconhecida dos marináus (xamãs), sobre a qual suas ações e rituais de cura não surtiram efeitos, assustou e depopulou a aldeia entre o primeiro e o terceiro decênio do século XX. Segundos os informantes, Anaro fora uma aldeia grande, com muitas famílias afugentadas e espavoridas pela doença. É uma tragédia que estigmatizou a maloca, acontecimento que não pode ser excluído do contexto em que se processou a fuga e o esvaziamento temporário da aldeia.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

Narrativas e relatos dão conta dos Wapixana e Atoraitú vivendo originalmente em habitações comunais. Em grande medida, reporta-se ao desaparecimento dessa tradição a influência de preceitos religiosos cristãos infundidos entre os índios por contemplativos que viam neste tipo de convivência hábitos e práticas erráticas, nocivas aos "bons costumes do civilizado". A maloca dos dias de hoje costuma comportar dezenas de casas ocupadas pela família nuclear, diferentemente da casa circular comunal do passado, na qual a demarcação dos espaços do seu interior e do seu exterior caracterizava a própria maloca.

A dispersão dos grupos domésticos no caso de Anaro é quase desprezível, haja vista as casas da maloca manterem certa proximidade entre si. Deduzindo pelo que demonstra o diagrama de parentesco do grupo local, os Wapixana de Anaro, muito provavelmente, ocupam a área por um espaço de tempo que pode remontar a mais de dois séculos.

A maloca atualmente é composta por sete casas que acomodam famílias Wapixana, todas categorizadas no regime de residência típico da família nuclear.

Dentre as construções não tradicionais da aldeia, encontram-se a que é utilizada como miniposto de atendimento à saúde; a escola, construída pelo governo estadual, onde a instrução escolar é ministrada em regime multisseriado, e um abrigo para bomba d'água do poço que atende à escola. Existem, ainda, uns três pequenos barracões conjugados a residências. Há um curral rústico onde são reunidos os rebanhos bovino e equino de toda a comunidade. Três açudes temporários, com água imprópria para o consumo humano, e quatro poços com água potável também foram localizados. Observou-se um cemitério atualmente em uso pelos moradores. Também há um campo de futebol. Não há igrejas edificadas na maloca, mesmo sendo os indígenas praticantes da fé cristã.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A expansão da pecuária na bacia do rio Branco foi o principal vetor do processo de desagregação das formas produtivas elementares e de trocas entre os índios da região. Tanto o mercado escravagista anterior, quanto a definitiva presença da pecuária no rio Branco expuseram aos índios produtos presumidamente nunca antes por eles pensados, os quais logo seriam objetos de desejo e de dependência futura. Esses produtos criaram grau de "amarrado" entre os índios pelo fetiche e arrebatamento que tais mercadorias passaram a exercer sobre eles. Comércio e trocas com os índios, originado na exterioridade, relacionavam desde tecidos baratos a armas, bem como os "produtos de metal e outros manufaturados, além de bebidas alcoólicas, sal, açúcar (...)" A introdução das ferrarias entre os índios das terras baixas provocou uma verdadeira "revolução" em seus comportamentos.

Os Wapixana sempre estiveram envolvidos em uma extensa rede de comércio na região das Guianas, não só pela tradição, mas por ocuparem geograficamente uma zona importante desta área cultural. O rio Branco foi um corredor do comércio de escravos apreçados por portugueses, e por holandeses da Wild Coast da Guiana e do Essequibo, que em 1580 já haviam estabelecido feitorias para o comércio de sal com os índios. A introdução de produtos ocidentais entre os índios afetou sua tradição produtiva e promoveu a violabilidade dos valores de referência de seus sistemas econômicos.

Em Anaro, a economia Wapixana observada do seu ponto de vista tradicional é caracterizada pela atividade de subsistência. O conjunto das atividades produtivas reúne as práticas da caça, da pesca, da coleta e da agricultura, esta última acentuadamente produzida no modelo das chamadas roças ou agricultura de coivara. A cultura da mandioca é base da alimentação do grupo, além das de

macaxeira, feijão, melancia, abóbora, pimenta, batata-doce, milho, algodão, cana-de-açúcar, mamão, banana, arroz, melancia, maxixe. Criam gado e pequenos animais.

Em geral, os habitantes da comunidade Anaro praticam a coleta de uma variedade de produtos durante os dois períodos climáticos bem definidos na região, dependendo dos rigores da sazonalidade e da diversidade do meio. As atividades de coleta são um meio de prover parte das necessidades alimentares dos índios. Permite a obtenção de frutos diversos (buriti, taperebá, muricis, oiti, ingás, caçari, aracás) e produtos substratos utilizados na dieta. Esta atividade ocorre de modo muito irregular entre os Wapixana, conseqüência dos rigores e limitações ecológicas oferecidas pelo meio.

Quanto à atividade de subsistência envolvendo a caça, em Anaro ela é complicada. Explica-se. O período que antecedeu à expansão da pecuária sobre o território tradicional Wapixana permite reconhecer a caça e a pesca como as principais fontes de proteína oferecidas à alimentação do grupo. A caça tornou-se uma atividade que tende a rarear, enquanto perdurar a presença de fazendas e a prática da bovinocultura intensiva na área, na medida em que ocorre atualmente. Os animais caçados com maior freqüência são veados, jabutis, pacas, capivaras, cotias, marrecos e patos selvagens.

A pesca é um recurso alimentar importante para os Wapixana, entretanto, sua disponibilidade no meio natural é inconstante, depende dos potenciais piscosos e do comportamento climático da região e da intensidade com que essa atividade é ilegalmente perpetrada por não-índios dentro da área. A pesca ocorre nos rios Parimé e Paricarana, nos igarapés e ambientes lacustres temporários da região. Os índios podem obter o produto da pesca (pacus, matrinxãs, cubius, curimatãs, surubins, mandis, bagres, tucunarés, jacundás, aracus, ect.) em abundância por determinados períodos, os de vazante; padecem pela escassez dele durante outro período, o que oferece estiagens severas, ou o das chuvas torrenciais.

IV - MEIO AMBIENTE

A caracterização do meio ambiente que compreende Anaro agrega, no mínimo, áreas à montante do Parimé (ao norte), nas imediações onde este rio é atingido pela BR-174, através de uma ponte sobre seu curso, cuja área envolve os igarapés Sucuriju, Baixo da Poeira e Bananal, o morro do Bananal, os igarapés do Areal e do Lacrau; a oeste, serra Maroa (serra Grande), morro da Urana (paca) e lago da Urana; a leste, áreas que continuam sendo domínio dos índios Wapixana da maloca Perdiz, porém desvinculadas de Anaro, já que estão incluídas na T.I. São Marcos; ao sul, jusante do rio Parimé, às serras Taramé, "Tabaco" e "Machado", morro do Balde, os igarapés do Jenipapo, do Tabaco, do Cujubim, da Baixa do Machado, da Água Fria e da Serra. A este setor sul da T.I. Anaro, os índios apontam para um limite de suas atividades de subsistência às imediações da foz do igarapé Piracatinga ou Pirapitinga, no encontro deste com o Parimé, na margem esquerda deste último, portanto, lado oposto a serra Taramé. São referências que vão além daquelas de caráter tão-somente atribuídas à exploração de recursos naturais necessários à subsistência do grupo, incluindo a caça, a pesca e o extrativismo. Semelhante ao que ocorreu na serra Maroa, onde ainda é possível visualizar resquício de velhas habitações indígenas erguidas sobre platôs refugiados no alto da serra, identificados pelos próprios índios, o setor sul da T.I. fora ocupado, também, por famílias indígenas no passado, e que daí teriam saído por intimidação imposta por invasores brancos, cuja data os índios não sabem precisar, mas é algo que fica claro nos depoimentos de anciãos da aldeia investigados durante a realização dos trabalhos de campo.

As serras Maroa (derivado de maruai, espécie de etnobotânica wapixana), Wi Taraamí (serra Taramé) e Kawai tepó (serra Tabaco) constituem-se na triangulação areal das referências mitológicas e cosmológicas dos Wapixana da região. Trata-se de um espaço que, caracterizado dos pontos de vista antropológico, histórico e ambiental, aponta para um evento de representação simbólica que relaciona o grupo a um sentimento de pertença bastante antigo, o qual implica familiaridade do grupo com campos do imaginário há muito reproduzido, cuja construção do sentido só pode estar associada à memória mítica.

Na Terra Indígena Anaro predomina a savana, com ocorrência regular de elevações do tipo morro ou serra, com destaque para as serras Maroa, "Tabaco", "Taramé" e morro "Anaro". Possui clima tropical do tipo Awí, segundo classificação de Köppen, assinalado por duas estações climáticas bem definidas: a primeira seca, com média de 6 meses; a segunda, úmida. A precipitação pluviométrica anual para essa região é variável, cujo gradiente permite observações que apontam para oscilações entre 1.000 e 1600mm.

O relevo é marcado por extensas áreas planas, abruptamente sectionadas por morros ou drenagens. Registram-se também pequenos lagos, cuja ocorrência é mais notada ao longo da vegetação de transição entre campo e o curso do rio Parimé. Esses lagos são, na sua maioria, temporários. Já o relevo ligeiramente ondulado tem por base geológica terrenos quaternários, exposto por camadas finas argilo-arenosas, geralmente exibindo testemunhos rochosos intrusivos que afloram do embasamento cristalino. Cursos d'água rasos e temporários são freqüentes, normalmente responsáveis pelo escoamento de águas pluviais que se acumulam em depressões circulares rasas e fechadas, denominadas regionalmente de baixa, um tipo de sistema oligotrófico peculiar.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

São vinte e uma as famílias relacionadas que possuem domicílio ou mantêm visitação intermitente na maloca Anaro, considerando-se que um domicílio pode abrigar mais de uma família. Treze famílias vivem efetivamente na maloca, somando um contingente de cinquenta e dois moradores permanentes. Considerou-se, também, que a população recenseada com origem comprovada na

aldeia é de setenta e nove pessoas, evoluindo para noventa, se considerada uma relação mais abrangente com vínculo no parentesco próximo.

Para uma leitura demonstrativa do crescimento da população permanente da T.I. Anaro é importante considerar alguns fatores, em especial os que são tratados no Relatório Circunstanciado de identificação e Delimitação da Terra Indígena.

O êxodo constatado entre moradores de Anaro não significa abandono da identidade indígena; e mais, seu direito a terra não cessa, vez que tal direito lhes é originário e intrínseco ao seu status de indianidade.

A contextualização do cenário regional corroborou para que a cultura Wapixana atual assumisse matizes de cores e vertente ampla, catalisada pela profusão cultural que se avolumou e regrediu na região do rio Branco.

No plano cosmológico, os índios que ocupam a savana e as serras da região nordeste de Roraima comungam extensa simetria envolvendo ritos, aspectos mágicos, crenças, xamanismo e escatologia, perceptíveis em suas alegorias, motivos e enredos.

O parentesco Wapixana possui terminologia que classifica o conjunto dos parentes envolvidos até cinco gerações. Para os critérios de consangüinidade os limites se impõem à segunda geração. Quanto aos afins, waichapanin, estes jamais pertencem à esfera dos consangüíneos, os õribenao.

Para a cosmologia Wapixana o mundo presente é resultado da ruptura de uma ordem primordial, diferenciando tempo e espaço, dando origem à especiação. Seus heróis criadores e civilizadores (demiúrgos) são Tominikare (criador) e os irmãos Duid e Mauáre, responsáveis pela completude. Na crença Wapixana, o corpo dos humanos não hospeda sua respectiva alma, ou outras quaisquer. Esta noção encontra ressonância no conceito de odorona, "princípio dinâmico que lhe confere movimento, autonomia e vontade".

A epistemologia e a etnobotânica Wapixana reconhecem um sistema que se divide em três grupos de plantas, distinguindo-se as selvagens (karam'makao), as de cultivo (wapao'ribao) e as de utilização mágico-ritual (wapananinao).

Os Panaokaru ou a "alma das coisas", incorpora tudo o que pode ser objeto de nomeação no universo. Os panaokaru estão classificados por domínios (ambientes) que ocupam. Quanto à sua ação, qualificam-se em menos e mais perigosos para os seres naturais, incluindo os humanos. Já os lugares rituais podem ocorrer no lavrado ou na mata. Os dois ambientes também abrigam locais sagrados. O principal panaokaru que habita lugares insóspitos é o kanaime, o maior dos medos culturais do grupo. Nomeado predador e ambíguo, este ente da crença Wapixana interfere operativamente na vida social do grupo e pode subtrair, da pessoa, o princípio designado de odorona, os sinais vitais do corpo.

Na cosmologia Wapixana tradicional existe uma fronteira bem definida entre o "mundo dos vivos" e o "mundo dos mortos", a qual pode ser aproximada pela intervenção dos marynau (xamãs).

São festas rituais importantes: imeawari, waripean, auari e parichara, geralmente com sentido relacional à produção, à colheita e mudança de estações.

A reprodução da cultura do grupo ocorre pelo exercício das práticas discursivas, um mecanismo "virtual" de manutenção da cultura. Estão divididas em duas categorias: coloquial e a não-coloquial, organizadas em gêneros, codificados como não-coloquiais ou discursivos rituais. A sua exequibilidade pode ser traduzida como "concepções do tempo e da condição humana que pautam uma conduta".

A maloca Anaro mantém uma referência xamânica importante no contexto destas práticas na região. Seu popazo, categoria que antecede à do xamã, é recorrente no trato-ritual de enfermos, vítimas de "estragos" ou de "espalhamento" (embruxamentos).

As serras Maroa e "Tabaco" são os lugares rituais de maior importância do grupo local. Ambas são os pontos sagrados capazes de abrigar o conjunto de minudências cosmológicas e do mundo sobrenatural Wapixana resumidos aqui.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Os imóveis elencados na extensão identificada como Terra Indígena Anaro podem ser qualificados em dois grupos, de acordo com a percepção fundiária do domínio dessas ocupações. Na área identificada existem lotes titulados e/ou cadastrados pelo INCRA/RR. Há entre estes, inclusive, registro de certidões e títulos expedidos em cartório de registro de imóveis do estado do Amazonas. A maioria dos imóveis não é ocupada efetivamente por seus titulares, permanecendo as benfeitorias aos cuidados de caseiros ou vaqueiros contratados pelo possuidor. Existem benfeitorias patrimoniais em bom estado de conservação, assim como outras que se encontram no mais completo estado de abandono, sem a presença de um indivíduo sequer que por elas possa zelar, restando apenas escombros.

O fim e uso da terra a que se destinam essas ocupações, na sua maioria absoluta, compreendem atividades criatórias em regime extensivo, envolvendo gados bovino e equino. Apenas uma dessas fazendas explora a rizicultura, na forma irrigada. Esporadicamente criam-se peixes em cativeiro. Não foi identificada nenhuma outra atividade agrícola de alcance econômico, além do doméstico, praticada pelos ocupantes da Terra Indígena.

No município de Amajari, incidentes na Terra Indígena, foram identificados os seguintes ocupantes e suas respectivas posses ou propriedades: 1- José Francisco Monteiro/ Fazenda "Serra Grande"; 2- Ogenil Ribas Galvão/ Fazenda "Nova Morada"; 3- Ogenil Ribas Galvão/ Fazenda e Restaurante "Internacional"; 4- Luiz Teixeira Neto/ Fazenda "Garçal"; 5- Luiz Teixeira Neto/ Fazenda "Olho d'Água"; 6- Nádia Maria Rodrigues (Espólio)/Severino Duarte da Silva/Fazenda "Soledade"; 7- Instituto Tropical de Medicina Ltda/

Elilson de Albuquerque Lima/Fazenda "Boiadeiro do Rio"; 8- Santa Fé Agropecuária Limitada/Elilson de Albuquerque Lima/Fazenda "Taramé"; 9- Pedro Saraiva Coelho/ Elilson de Albuquerque Lima /Sítio "Santa Maria"; 10- Ari Copetti e Lilliana Regina dal Sasso Copetti /Fazenda "Rancho Tropical"; 11- Luiz Lins de Albuquerque/ Elilson de Albuquerque Lima /Fazenda "Sta. Luzia"; 12- Luiz Alves dos Reis/ Oscar Maggi /Fazenda "Tipografia"; 13- Elilson de Albuquerque Lima /Fazenda "Aragarça"; 14- Afonso Cândido de Lima /Fazenda "Migrantes"; 15 - Joaquim Parimé Pereira Lima /Lote "Bom Pai".

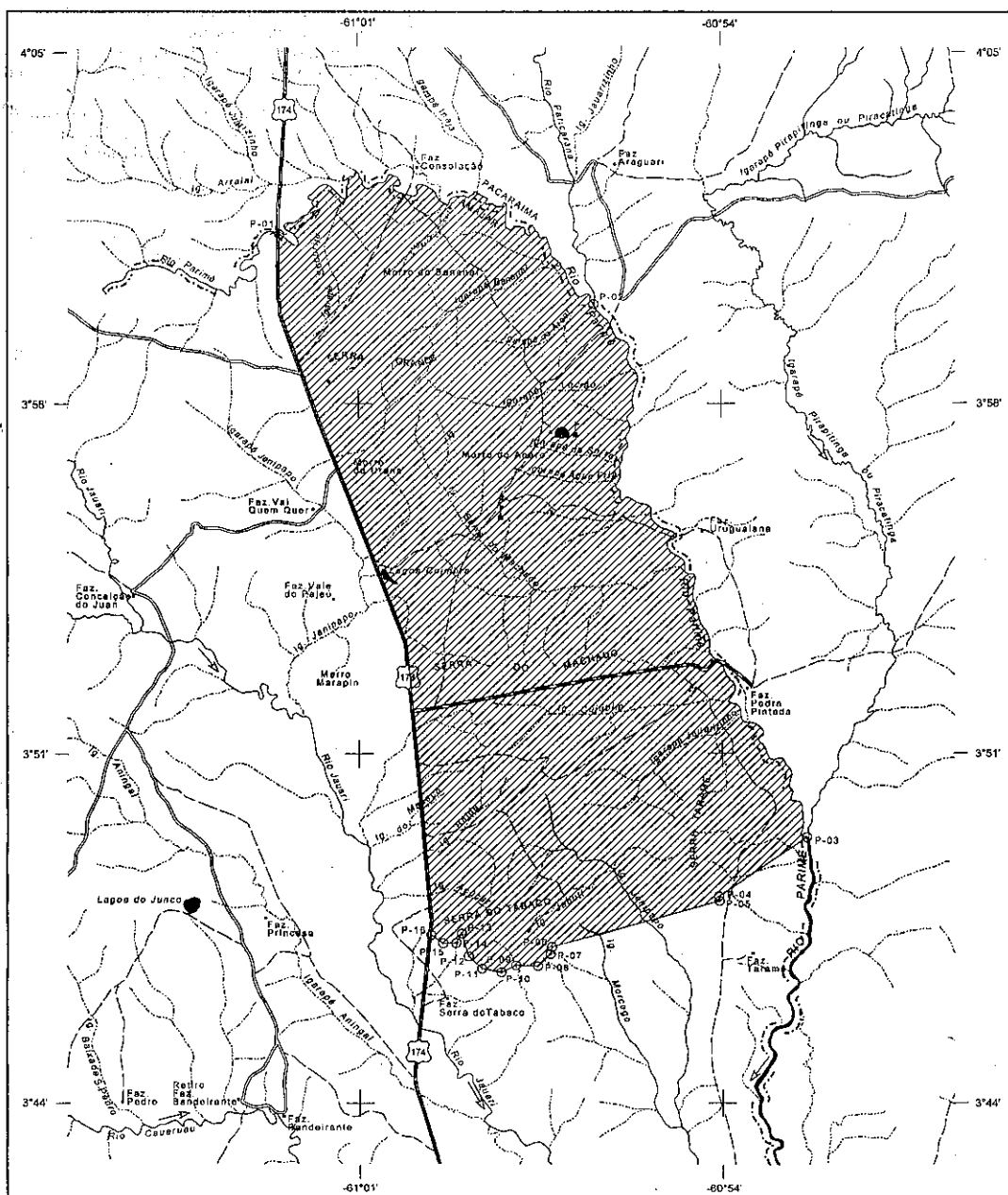
IV - CONCLUSÃO

O conjunto de unidades de paisagem que comporta a Terra Indígena Anaro envolve um cenário que se crê reunir diversidades de recursos naturais amplamente utilizados pelo grupo. A proposta para os limites da Terra Indígena Anaro procurou aproximar ao máximo o que prevê o texto constitucional ao destacar que a "soma" ou a "intersecção" de ambientes reconhecidos pelos usos, costumes e tradições de seus ocupantes indígenas inserem-se em um contexto de completude que enuncia um regime de habitação permanente, depreendido inequivocamente como áreas que são "...utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (CF/88 §1º art.231). O estudo de Identificação e Delimitação da Terra Indígena procurou demonstrar, nos planos histórico-sociológico, ambiental, jurídico e das representações simbólicas, que o grupo indígena observado se define ocupando uma extensão por ele reconhecida como região Anaro, terra tradicional e historicamente ocupada por Wapixana. Observou-se que o grupo local encontra-se categoricamente referido a um espaço geográfico de repercussão elaborada e definida na sua sociologia, e que a territorialidade é uma das representações diacríticas incorporadas à sua autodefinição identitária, isto é, o território descrito assume um aspecto que não se dissocia da identidade do grupo. Os membros do grupo local distinguem o território ao apontarem fronteiras claramente definidas, resultado da compreensão do espaço que construíram ao longo de sua ocupação e que lhes permite demarcar, com precisão, os limites relacionais de suas fronteiras conceituais. Um outro aspecto da indissociabilidade entre identidade e território, depreendida pelo grupo, é o que aciona a autodefinição étnica, na qual não se vêem senão como indígenas Wapixana. Portanto, propugna-se que lhes seja devolvido o quê de fato, de direito e historicamente lhes pertence: a terra. E para que eles possam continuar a habitar os lugares que seus ascendentes escolheram de livre arbítrio ocupar, em uma época onde a presença do branco era ausente; para que possam eles ali viver em paz sem serem molestados pela cobiça e invasões que os privam de exercer seus verdadeiros costumes e tradições; para que possam usufruir culturalmente daquilo que sempre foram: índios Wapixana e, por fim, não parece haver outra alternativa ao poder público que não seja a de declarar a legalidade da Terra Indígena Anaro, em conformidade com o que prevê o art. 231 da CF/98, o Decreto 1.775/96 e a Portaria 14/MJ/96.

JORGE MANOEL COSTA E SOUZA
 Antropólogo Coordenador


MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geodésicas 04°01'22,0" N e 61°02'31,3" WGr., situado no cruzamento do Rio Parimé com a Rodovia BR 174, segue pelo referido rio, a jusante, até o Ponto P-02, de coordenadas geodésicas 03°59'59,0" N e 60°56'27,5" WGr., localizado na confluência do Rio Parimé com o Rio Paricarana. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Parimé, a jusante, até o Ponto P-03, de coordenadas geodésicas 03°49'19,5" N e 60°52'22,4" WGr., localizado na sua margem direita, na confluência com o Igarapé Pirapitingá ou Piracatinga. SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o Ponto P-04, de coordenadas geodésicas 03°48'09,2" N e 60°54'04" WGr., localizado entre as Serras Taramé e Média; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-05, de coordenadas geodésicas 03°48'03,5" N e 60°54'03,3" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-06, de coordenadas geodésicas 03°47'07,9" N e 60°57'17,3" WGr., localizado no pé da Serra do Tabaco; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-07, de coordenadas geodésicas 03°46'59,2" N e 60°57'18,9" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-08, de coordenadas geodésicas 03°46'44,6" N e 60°57'33,5" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-09, de coordenadas geodésicas 03°46'45,5" N e 60°57'59" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-10, de coordenadas geodésicas 03°46'36,9" N e 60°58'16" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-11, de coordenadas geodésicas 03°46'41,5" N e 60°58'38,2" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-12, de coordenadas geodésicas 03°46'56,8" N e 60°58'53,8" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-13 de coordenadas geodésicas 03°47'24,5" N e 60°59'01,6" WGr., localizado no pé da Serra do Tabaco; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-14 de coordenadas geodésicas 03°47'13,2" N e 60°59'08,2" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-15, de coordenadas geodésicas 03°47'12,7" N e 60°59'23,4" WGr.; daí, segue por uma linha seca até o Ponto P-16, de coordenadas geodésicas 03°47'22,8" N e 60°59'36,9" WGr., localizado na faixa de domínio da Rodovia BR 174. OESTE: do ponto antes descrito, segue pela faixa de domínio da Rodovia BR 174, até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. OBS: 1. Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: NA.20-X-B-I, NA.20-X-B-II, NA.20-Z-D-IV e NA.20-Z-D-V - Escala 1:100.000 - IBGE - 1982 e 1984. 2. As coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são aproximadas e referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Lourenço Araujo Costa, Técnico Agrônomo - DFU/AER/MAO.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
- CAÇA - PESCA - ESCOLA
- COLETA - SERINGAL
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHÃO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>		<p>MAPA: DELIMITAÇÃO</p>	
<p>DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA ANARO</p>		<p>SUPERFÍCIE APROXIMADA: 30.470 ha</p> <p>PERÍMETRO APROXIMADO: 90 km</p>	
<p>MUNICÍPIO: AMAJARI</p>		<p>ESCALA: 1:200 000</p> <p>DATA: 07/08/2003</p>	
<p>ESTADO: RORAIMA</p>		<p>PROCESSO: MI-13/3, 14, 26 e 27</p>	
<p>RES.P. T.E.C. DEFINIÇÃO LIMITES: JORGE MANOEL COSTA E SOUZA ANTRÓPOLOGO/PNUB</p>		<p>RES.P. T.E.C. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: LOURENÇO ARAÚJO COSTA TÉCNICO AGRIMENSOR DA FUNAI/RORAIMA</p>	
<p>VISTO COORD. GERAL DA COD: MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA/RJ 64 889/D</p>		<p>PORTARIA N.º: 824/PRES/2001 1.060/PRES/2002</p>	